

Congresso aprovou orçamento

por Anatole Kaletsky
do Financial Times

As duas câmaras do Congresso norte-americano aprovaram um orçamento para 1984, que tem prioridades fiscais e de gastos que o presidente Ronald Reagan prometeu combater ou, em última instância, vetar.

Mas os votos do Congresso, que normalmente deveriam ter posto fim à incerteza sobre o tamanho do déficit do orçamento do próximo ano, poderão neste ano aumentar a confusão na formulação da política fiscal norte-americana.

O presidente Reagan criticou imediatamente as resoluções congressionais, que determinam impostos mais altos, gastos mais baixos com defesa e mais gastos extramilitares. Reagan classificou as propostas do Congresso de "gulodice política" e de "esquema para o desastre econômico", embora o orçamento viesse a reduzir o déficit federal do próximo ano para US\$ 170 bilhões, diante dos US\$ 210 bilhões deste ano. O próprio orçamento de Reagan, apresentado ao Congresso em janeiro e rapidamente rejeitado, teria mostrado um déficit de US\$ 171 bilhões com base nas mesmas premissas econômicas.

O presidente não pode vetar o orçamento em si, já que ele é puramente um instrumento do Congresso para que suas próprias comissões de verbas e taxas apresentem uma legislação englobando as prioridades fiscais. No entanto, o poder de veto do presidente pode ser usado para blo-

quear os projetos individuais sobre taxas e gastos à medida que saem do Congresso. A Casa Branca tem declarado repetidamente que Reagan na verdade utilizará seu veto para impedir que esse orçamento seja aprovado.

MAIORIA

Em teoria, o Congresso poderia superar esse veto presidencial se pudesse conseguir uma maioria de dois terços nas duas câmaras, em apoio de suas próprias decisões. Mas não está claro, na prática, até que ponto essa drama irá desenrolar-se entre a Casa Branca e o Capitólio. A superação de vetos será impossível na maioria das questões orçamentárias neste ano devido à margem mínima com que a resolução orçamentária foi aprovada no Senado — apenas 51 dos 100 senadores votaram nela, enquanto 43 discordaram e 6 se abstiveram ou estavam ausentes.

Mesmo à medida que votavam pela resolução orçamentária, vários preeminentes senadores republicanos, incluindo-se o líder da maioria do Senado, Howard Baker, declaravam que na verdade apoiavam o presidente na maioria de suas prioridades e que estavam apoiando o orçamento apenas para preservar os tradicionais processos pelos quais o Congresso opera. Reagan teria preferido que o Congresso não aprovasse um orçamento em absoluto neste ano, que meramente lidasse com decisões fiscais caso a caso.

A próxima rodada, e provavelmente a mais impor-

tante na luta do orçamento, será sobre a possibilidade de aumentos fiscais em 1984. Essa batalha quase certamente será ganha pelo presidente. Embora a resolução do orçamento recém-aprovada determine aumentos fiscais de US\$ 12 bilhões em 1984, de US\$ 15 bilhões em 1985 e de US\$ 46 bilhões em 1986, o senador Robert Dole, presidente da Comissão de Finanças do Senado, declarou ontem que "não há meio possível" para sua comissão aprovar os aumentos fiscais determinados pelo Congresso. A Câmara dos Deputados, dominada pelos democratas, aprovou uma legislação que limita o corte fiscal sobre a renda de 10% que deverá entrar em vigor em 1º de julho, mas essa medida não tem

possibilidades de ser aprovada pelo Senado.

Similarmente, os dirigentes republicanos do Congresso que lidam com a defesa previram que o programa militar principal do presidente também eventualmente seria aprovado pelo Congresso, apesar de a resolução orçamentária determinar um aumento de apenas 5% em termos reais, em vez dos 10% que Reagan havia pedido.

A maior incerteza fiscal é se a capacidade presidencial de bloquear quaisquer aumentos fiscais e de manter seu programa militar será igualada pelo sucesso nos cortes dos gastos sociais, que foram determinados no orçamento do legislativo em US\$ 13,5 bilhões acima do pedido de Reagan.